
TRAJETÓRIA DOS INVESTIMENTOS EM FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO NO NORDESTE: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-QUANTITATIVA ENTRE 1850 E 2018

Trajectory of investments in Gross Fixed Capital Formation in the Northeast: a historical-quantitative analysis between 1850 and 2018

Kássio Alves Siqueira

Economista. Especialista em Economia e Desenvolvimento Regional. Analista de Dados. DATAGRO Consultoria.
Rua Sergipe nº 154, Lot. Ana de Albuquerque, Igarassu-PE, 53630-245. kassioalves94@gmail.com

Henrique Pavan Beiro de Souza

Economista. Doutor em Ciências Humanas e Sociais. Professor. Instituto Federal do Paraná - Campus Ivaiporã.
Rua Max Arthur Greipel, nº 505 - Parque Industrial, Ivaiporã - PR, 86870-000. hpbsouza@gmail.com

Keynis Cândido de Souto

Economista. Doutora em Economia. Professora. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife - PE, 52171-900. keynis.souto@ufrpe.br

Resumo: O presente trabalho busca analisar, por meio de uma análise histórico-quantitativa, a trajetória da taxa de investimento na Região Nordeste entre os anos de 1850 e 2018, dividindo esse período em 3 intervalos distintos: Pré-SUDENE, Era SUDENE e Pós-Plano Real. Nesse sentido, foi dissertado sobre os principais agentes por trás dos investimentos iniciais em Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no local, além da necessidade de intervenção estatal para manutenção de serviços primordiais à época e sua importância para o desenvolvimento econômico do Nordeste, já por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Para tal, foram descritos os planos diretores e de desenvolvimento elaborados pela autarquia, além das diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) após sua restauração. Adicionalmente, foram analisadas as ações empregadas no Nordeste brasileiro à luz da teoria econômica, sobretudo no que se refere às teorias das vantagens comparativas, dos distritos industriais marshallianos e incentivos fiscais. Por fim, evidenciou-se a importância da cultura da cana-de-açúcar como indutora inicial da FBCF no Nordeste e sua capacidade de transbordamento para outros setores, assim como a necessidade da presença do setor público, para a manutenção de algumas estruturas produtivas e para a mudança da estrutura econômica regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Política de Desenvolvimento, Vantagem Comparativa, Distritos Industriais, Incentivos Fiscais.

Abstract: This paper aims to analyze, through a historical-quantitative approach, the trajectory of the investment rate in the Northeast Region of Brazil between 1850 and 2018, dividing this period into three distinct phases: Pre-SUDENE, SUDENE Era, and Post-Real Plan. In this context, it discusses the main agents behind the initial investments in Gross Fixed Capital Formation (GFCF) in the region, the need for state intervention to maintain essential services at the time, and its importance for the Northeast's economic development—especially through the Superintendency for the Development of the Northeast (SUDENE). To this end, the development and master plans created by the agency were presented, along with the guidelines of the National Regional Development Plan (PNDR) after its restoration. Additionally, the actions implemented in the Northeast were analyzed through the lens of economic theory, particularly regarding comparative advantage, Marshallian industrial districts, and fiscal incentives. Finally, the study highlights the importance of sugarcane cultivation as an initial driver of GFCF in the Northeast and its spillover effects on other sectors, as well as the necessity of public sector presence for the maintenance of certain productive structures and for transforming the region's economic structure.

Keywords: Regional Development, Development Policy, Comparative Advantage, Industrial Districts, Tax Incentives.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 INTRODUÇÃO

Nas economias modernas, a mensuração da atividade econômica tornou-se essencial, especialmente após a Teoria Geral de Keynes (1936), que impulsionou o desenvolvimento da Contabilidade Social (CS). A CS é um sistema contábil que avalia a economia em seus múltiplos aspectos por três óticas: produção, despesa e renda. Ela permite medir o desempenho econômico por meio de agregados macroeconômicos.

Entre os principais agregados, destaca-se o Investimento, representado pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador da capacidade produtiva da economia, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹. A FBCF mostra a ampliação do capital fixo — como máquinas e edificações — e, segundo o IBGE (2015), refere-se à aquisição de bens usados repetidamente em processos produtivos por mais de um ano. Incluem-se também ativos intangíveis, como patentes e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

O conhecimento da FBCF é crucial para orientar políticas públicas, pois influencia renda, Produto Interno Bruto (PIB)² e emprego no curto prazo, e promove crescimento sustentável no longo prazo, por meio da taxa de investimento — relação entre FBCF e PIB. Segundo Cruz e Neto (2008), o crescimento progressivo da economia depende de uma FBCF crescente, com investimentos que superem a depreciação do capital já existente.

A longo prazo, o aumento da taxa de investimento amplia a capacidade produtiva, sustentando o crescimento. Solow (1957) destacou o papel do progresso tecnológico atrelado ao crescimento do capital per capita, enquanto Lucas (1988) e Romer (1990) enfatizaram os investimentos em capital humano e P&D nesse processo.

No século XX, a criação da SUDENE promoveu planos diretores e programas de desenvolvimento para reduzir desigualdades entre o Nordeste e o Sul-Sudeste, com investimentos em infraestrutura e parques industriais. Até 2001, a autarquia produziu dados como PIB, FBCF, Consumo do Governo e Comércio Exterior dos estados nordestinos. Recentemente, estudos como os de Banco do Nordeste (2007), Sanches e Rocha (2010) e Siqueira (2021) analisaram a dinâmica da taxa de investimento regional no século XXI.

Diante disso, este trabalho busca responder seguinte problema de pesquisa: qual a trajetória histórica-econômica da taxa de investimento do Nordeste entre 1850 e 2018?

A principal justificativa para realização desta pesquisa é revisar a literatura e apresentar dados econômicos que expliquem a dinâmica macroeconômica da região sob a ótica da taxa de investimento, entre 1850 e 2018, evidenciando fatores históricos e institucionais que impulsionaram ou limitaram seu desenvolvimento.

O objetivo geral é realizar uma análise histórica e quantitativa dos investimentos na região de 1850 a 2018. Para isso, são propostos os seguintes objetivos específicos: descrever os principais condutores dos investimentos no Nordeste antes da criação da SUDENE; analisar os programas de desenvolvimento regionais e seus efeitos sobre a taxa de investimento no período pré-Plano Real, e discutir os impactos das ações federais e programas regionais no período pós-Plano Real.

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em cinco partes: o segundo capítulo trata do contexto pré-SUDENE (1850–1959); o terceiro aborda os anos seguintes à criação da autarquia e seus planos diretores; o quarto analisa a trajetória da FBCF no pós-Plano Real; o quinto discute as ações dos agentes econômicos à luz da teoria; e o sexto apresenta as conclusões.

1 Órgão responsável pelos cálculos do Sistema de Contas Nacionais do Brasil (SCN).

2 O Produto Interno Bruto (PIB) mede o total da produção líquida de bens e serviços finais de uma economia em dado período (em sua contabilidade está a soma dos bens e serviços finais que são produzidos). A produção líquida é classificada como a produção total da economia excluindo-se os bens e serviços utilizados como insumos para a produção de outros produtos. Com isso, busca-se evitar a dupla contagem (Feijó, 2013).

2 PERÍODO PRÉ-SUDENE: A NECESSIDADE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO EFICIENTE E COMBATE À SECA COMO INDUTOR DO INVESTIMENTO (1850-1959)

A dinâmica macroeconômica na região Nordeste teve como principal carro-chefe o setor agropecuário, sobretudo a cultura da cana-de-açúcar³, desde o início de sua colonização, no século XVI. Mesmo com o declínio da economia canavieira, no século XVII, o segmento continuou exercendo grande influência nos estados produtores, apesar dos gargalos logísticos, financeiros, problemas climáticos e de produtividade. Esse último causado, segundo Gareis (2003), por um longo período sem investimentos em inovações tecnológicas e perda de competitividade com os principais concorrentes mundiais. Vale salientar que os problemas citados anteriormente estavam muitas vezes interligados.

Segundo Furtado (2007) e Prado Júnior (2011), a estagnação técnico-produtiva da agricultura brasileira perdurou por vários séculos, especialmente em razão do tripé em que se desenvolveu: monocultura, latifúndio e escravidão. Com isso, após pouco mais de 400 anos sem grandes inovações em seus processos produtivos, os primeiros registros históricos de investimentos em FBCF como conhecemos hoje remetem à segunda metade do século XIX, quando mudanças tecnológicas na economia canavieira foram inseridas nas unidades produtivas da região. De acordo com Gareis (2003), a importação de novas espécies de cana mais resistentes à enfermidade conhecida como “podridão”, em 1879, e de arados de origem francesa, alemã e norte-americana, a partir de 1880, foram alguns dos investimentos empregados no plantio no período. Em relação à modernização dos engenhos, apesar das altas taxas de juros e das condições desfavoráveis para obtenção de crédito, além “[...] de um espírito pouco empreendedor por parte da maioria dos senhores de engenho [...]”, pontuais atualizações tecnológicas nas plantas foram realizadas a partir de 1870 (Gareis, 2003, p.30-33). Entretanto, uma mudança mais ampla e significativa da estrutura produtiva canavieira foi a implementação das primeiras usinas, com início em 1890.

Com o advento da República, alguns facilitadores foram criados pelos governos estaduais nordestinos no que diz respeito ao financiamento. Segundo Rodrigues e Ross (2020), o estado de Pernambuco aprovou uma lei em 1890, oferecendo empréstimos a taxas de juros mais baixas para aqueles que construíssem usinas com capacidade de produzir 900 toneladas de açúcar por safra. Os estados, em alguns casos, serviam também como garantidores de operações com empréstimos obtidos no exterior para que os antigos engenhos fossem convertidos em usinas. Tais incentivos eram importantes, visto que, segundo Abreu *et al.* (2014), crises de liquidez eram comuns no início do século XX, dado que a maior parte dos recursos eram direcionados para as safras de café na região Sudeste do País, limitando, assim, a disponibilidade de empréstimos no mercado interno.

As secas não apenas causavam problemas no interior da região, mas também prejudicava engenhos, levando as fazendas a sofrerem com a falta d’água. Para Barreto (2009), a estrutura dos engenhos foi incapaz de acompanhar o crescimento da população, acarretando a disseminação acelerada da fome nos períodos de estiagem. A mais famosa delas, a Grande Seca, de 1877-79, deixou clara a necessidade de ações para amenizar os efeitos do fenômeno climático, que resultou na construção do Açude do Cedro entre 1890 e 1906, uma das primeiras obras públicas de infraestrutura de grande porte edificadas na região. Para o autor, a partir daquele momento, mesmo que de forma ainda embrionária e pouco efetiva, uma maior preocupação do governo central resultou na criação de órgãos que tinham por objetivo combater a seca, como a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS)⁴ em 1909.

3 Pontos de industrialização foram criados fora da órbita da cana-de-açúcar na região, como a indústria têxtil com Hermam Lundgren (1835-1907) - que chegou a ter o maior complexo do setor na América do Sul - e Delmiro Gouveia (1863-1917), esse último responsável também pela construção da primeira usina hidrelétrica do Nordeste, em 1913.

4 Em 1919, recebeu ainda o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), até que, em 1945, passa a chamar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

O escoamento da produção, seja para o litoral ou para o Centro-Sul do País, assim como a facilidade de movimentação de recursos no socorro às localidades mais atingidas pelas secas, foram motivos comuns para a implantação das primeiras malhas ferroviárias no Nordeste. Segundo Gareis (2003), o processo de colonização da região originou um sistema de comunicação terrestre e fluvial que proporcionou um fluxo significativo de transporte do sertão ao litoral, que era complementado pelos diversos portos da costa onde se fazia a ligação do Nordeste com os mercados estrangeiros sem, entretanto, sofrerem inovações técnicas relevantes até o início do século XIX.

Conforme De Siqueira (2002, p.172), “[...] na primeira fase do processo de implantação no Nordeste, entre 1855 e 1872, as estradas de ferro pertenciam a empresas de origem britânica e tinham por objetivo atender às áreas produtoras de bens exportáveis”. Foi nesse contexto que, em 1858, abriu-se ao tráfego a primeira estrada de ferro da região, a *Recife to São Francisco Railway*, ligando Recife ao Cabo de Santo Agostinho (PE), realizando a comunicação entre uma área produtora de açúcar com o principal porto de escoamento da produção para os mercados consumidores do país e do exterior. Entretanto, “após poucos anos de funcionamento [...] a empresa acabou sendo encampada pelo estado através da criação da Estrada Ferro Sul de Pernambuco” por falta de viabilidade econômica (Ruthes; Salomão, 2016, p.173). Ao final da segunda metade do século XIX, eram doze companhias ferroviárias responsáveis pela maior parte das movimentações de mercadoria⁵, passageiros, água e alimentos. Dessas companhias, oito eram privadas – sendo sete de capital estrangeiro (Reino Unido) e uma de capital privado local (Ceará) – e quatro pertencentes aos governos estaduais de Pernambuco, Ceará e Bahia. Essas últimas tinham como principal meta atender a populações do sertão nos períodos de longas estiagens.

Apesar das necessidades estruturais das ferrovias para o Nordeste, muitas delas eram deficitárias, o que causou sua transferência administrativa para a iniciativa pública, visando à manutenção e funcionamento. Em virtude do *funding loan*⁶ de 1898, a partir de 1901, surgiram grandes companhias ferroviárias estrangeiras no país, entre elas a *Great Western of Brazil Company*. A companhia inglesa já operava em Pernambuco desde 1885 e aumentou sua malha, adquirindo a concessão de sete ferrovias no Nordeste brasileiro em 1901. “Após enfrentar graves problemas financeiros, a companhia foi novamente transferida para o controle estatal no ano de 1920” (Ruthes; Salomão, 2016, p.176). Essa tendência à manutenção de serviços, visto como essenciais para o Nordeste pela via pública, intensificou-se após a crise internacional que veio a reboque do *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929.

Foi na Era Vargas (1930-1945), segundo Abreu *et al.* (2014), que uma maior participação do setor público na dinâmica econômica nacional foi observada, como resposta aos desdobramentos da recessão mundial vivida pelo mundo na década de 1930. Tal mudança de paradigma teve seus desdobramentos no Nordeste, sentidos com a criação de órgãos de socorro a setores produtivos importantes para região, além de investimento em infraestrutura. Assim sendo, em 1933, foi criado Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), com o objetivo de auxiliar o setor sucroalcooleiro que, apesar das dificuldades, ainda era um dos principais segmentos econômicos da região. “Já em 1939, a descoberta de petróleo em solo brasileiro, na região de Lobato, na Bahia, impulsionou em novo patamar, o desenvolvimento do setor petrolífero” brasileiro (Peyerl, 2017, p.80). Por fim, a criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945, foi mais um indicativo da ação do setor público como indutor de investimentos no Nordeste.

Tendo por objetivo superar os desafios econômicos da região, foi criado, em 1957, no governo Juscelino Kubitschek, o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), chefiado pelo economista Celso Furtado. Dois anos depois, foi formado o Conselho de Desenvolvimento

5 Principais mercadorias transportadas: cereais, cana-de-açúcar, açúcar, algodão, tecidos, madeira, animais e sal.

6 Acordo entre o governo brasileiro e a Casa Rotchild, firmado na gestão Campos Sales (1898-1902), para rolar compromissos externos do Governo Federal em troca de severas medidas de saneamento fiscal e monetário. Segundo Abreu *et al.* (2014), umas das garantias dos juros negociados às ferrovias seriam títulos de renda fixa no valor de 16,6 milhões de libras. Entretanto, era do interesse da gestão federal arrendá-las para a iniciativa privada.

do Nordeste (CODENO), o qual meses depois ao incorporar a GTDN, deu origem a SUDENE, sediada em Recife. “A proposta era ter um grande órgão de estudos, informação, planejamento, coordenação e controle na região, com o objetivo de gerar as bases do desenvolvimento da maior e mais populosa região subdesenvolvida do hemisfério ocidental” (Maciel, 2014). Para o autor, a ideia era que, ao produzir essas informações, fossem gerados planos estratégicos, com o objetivo de atrair recursos para investimentos e incentivos fiscais em empreendimentos.

3 A ERA SUDENE (1959-1995): A CRIAÇÃO, APOGEU E DECLÍNIO

Desde sua criação, em 1959, até a implementação do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), na década de 1970, a SUDENE tinha como norteadores de suas ações os chamados Planos Diretores (PD's). Neles, a superintendência descrevia as áreas e objetivos a serem alcançados e as formas em que tais políticas públicas seriam implementadas para favorecer o crescimento econômico da região, sob a égide de um Estado organizador do espaço, subsidiando o capital e estimulando a iniciativa privada no projeto industrial do Nordeste.

3.1 Os primeiros passos: os Planos Diretores (1961-1971)

O I Plano Diretor (I PD), que norteou as ações da superintendência de 1961 a 1962, tinha como principais objetivos: a reestruturação da economia rural para atenuar efeitos das secas e colonizar terras subutilizadas; a implementação de uma indústria de base com característica germinativa e modernização dos segmentos industriais tradicionalmente consolidados na região, além da criação e desenvolvimento de investimentos na área de transportes, energia e saneamento. Dos CR\$ 5,853 milhões previstos para a execução das obras e implementação dos projetos, 17,0% foram destinados para os setores de Agricultura e Abastecimento, 12,1% para Saneamento Básico e 61,5% para empreendimentos em Infraestrutura, sendo 25,6% para a área de Transportes, e outros 35,9% para o segmento de Energia. Segundo Carvalho (2014), as iniciativas do plano não tiveram, e nem poderiam ter, efeito imediato, uma vez que a maioria das execuções ocorreu em 1962 e adentraram o período do plano diretor seguinte.

Tendo diretrizes traçadas para o triênio 1963-1965, o II Plano Diretor (II PD) deu continuidade a uma grande parte das ações estabelecidas no plano anterior. Com isso, o povoamento das áreas úmidas ainda não habitadas do Nordeste continuou sendo um elemento norteador para a SUDENE, assim como a transformação econômica do semiárido para um melhor enfrentamento dos períodos de estiagem. A modernização da infraestrutura, sobretudo de serviços de transportes e energia elétrica, e a adaptação de tecnologias que otimizassem a utilização de recursos hídricos, continuaram como prioridade. Em paralelo a isso, um primeiro passo ao desenvolvimento de capital humano foi dado pela superintendência quando demonstrou a intenção, no novo plano diretor, de direcionar “[...] o excedente de mão de obra existente nas zonas urbanas para empregos na indústria e serviços correlatos,[...]” com o objetivo de “[...] elevar a produtividade média e criar uma classe empresarial apta a liderar o desenvolvimento” (Carvalho, 2014, p. 210-211). Um dos grandes méritos do II PD foi, para Carvalho (2014), a definitiva institucionalização do sistema de incentivos fiscais, que repercute até os dias atuais como um dos principais instrumentos para a promoção do desenvolvimento regional no Brasil. A taxa de investimento da região foi de 20,0% em 1965.

Com maior foco na formação do capital humano da região e na renovação estrutural das instituições encarregadas da execução dos programas nele contemplados, o III Plano Diretor (III PD) foi desenvolvido pela SUDENE para nortear uma agenda programática para o Nordeste entre 1966 e 1968. Segundo Carvalho (2014), a produtividade ganhou um enfoque maior no triênio, ao colocar no centro das ações do plano diretor a integração espacial e setorial da economia nordestina com o resto do país, além da diminuição da desigualdade em relação ao Centro-Sul, com metas de elevação da renda *per capita* e do PIB do Nordeste. Isso pôde ser observado na composição dos ca-

pitais previstos para a área de aplicação de Recursos Humanos no plano diretor em questão: 13,4% dos CR\$ 741,525 milhões orçamentados eram destinados à aprimoramento de capital humano, 7,9 p.p. a mais quando comparado ao II PD. A ênfase em ganhos de produtividade também pode ser observada na meta estabelecida pelo plano de elevar a taxa de crescimento da produção primária, no sentido de aumentar a oferta *per capita* de alimentos e de matéria-prima. Nos três anos do III PD, a taxa de investimento média foi de 22,0%, com tendência de crescimento ao longo do período.

Por fim, o IV Plano Diretor (IV PD) sofreu com as mudanças institucionais que se seguiram a sua subordinação ao recém-criado Ministério do Interior, além de seu planejamento ser realizado tendo como base o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED)⁷, visto que – naquele momento – o governo federal começava a preparar o que viria a ser o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Apesar dessas dificuldades, Carvalho (2014) advoga que o IV PD é visto como uma continuidade dos demais planos, tendo ele dois objetivos claros: a manutenção de um crescimento econômico capaz de dar continuidade à redução das disparidades entre as regiões Nordeste e Centro-Sul; e uma maior oferta de serviços de natureza social, sobretudo a populações marginalizadas pelos processos de produção.

3.2 O I e II Plano Nacional de Desenvolvimento no Nordeste (1972-1979) e o esvaziamento da política de desenvolvimento regional nos anos 80

Braço regional do I PND, o Plano de Desenvolvimento do Nordeste (PDN) foi elaborado para orientar as ações no Nordeste entre os anos de 1972 e 1974. A ideia do novo plano foi concentrar sobre si “[...] a programação do governo federal para a região, os programas dos governos dos diferentes estados da área e a quase totalidade dos principais programas e projetos a cargo da iniciativa privada” (Carvalho, 2014, p. 216). Nos objetivos do PDN, podiam ser observados pontos de continuidade dos antigos PD’s, sendo as estratégias pautadas nesse novo plano: o aumento no ritmo dos investimentos industriais, tendo por finalidade a criação de um centro autônomo de expansão manufatureira; reestruturação da economia agrícola; ampliação da oferta e utilização mais intensiva dos recursos naturais disponíveis; e dinamização das atividades relacionadas com o desenvolvimento de ciência e tecnologia. Segundo Carvalho (2014), uma das mudanças mais significativas desse plano foi a atenção concedida ao desenvolvimento de atividades vinculadas ao domínio da ciência e tecnologia, não somente no âmbito regional, pelo governo federal no I PND.

Essa intensificação no movimento de industrialização do Nordeste resultou em um natural direcionamento de recursos para o setor. Para tal, no PDN, o setor de Indústria, Comércio e Turismo recebeu o equivalente a 40,1% dos recursos previstos pelo plano, algo em torno de CR\$ 10,601 bilhões. Entre 1972 e 1974, a taxa de investimento média foi de 25,1%, com pico de 26,2% em 1974.

Com o intuito de enfrentar os problemas advindos do 1º choque do petróleo (1973) e da crise econômica mundial que se sucedeu, o governo federal lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que direcionou as ações nacionais entre os anos de 1975 e 1979. Segundo Carvalho (2014), diferentemente do que ocorreu com as ações de desenvolvimento regional anteriores, a SUDENE não desenvolveu nenhuma diretriz específica, e sim uma parte dentro do plano nacional. Denominada Programa de Ação do Governo para o Nordeste, o documento trazia as preocupações anteriormente citadas pela superintendência como objetivos da política de desenvolvimento na região.

O grande diferencial desse plano foi que, “[...] ao estabelecer a redução da desigualdade de renda inter-regional como um dos focos primazes do programa, a SUDENE se esforçou em estabelecer-los em bases empíricas robustas e em função de perspectivas mais realistas[...]” sobre o tema

7 Segundo Abreu *et al.* (2014), o PED foi elaborado para o triênio 1968-1970 pelo Ministro do Planejamento Hélio Beltrão, e executado pelo Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto. Tal plano definia como estratégia de desenvolvimento econômico e social para o país os investimentos nas áreas consideradas estratégicas, a programação de instrumentos financeiros para a consecução das novas medidas e um conjunto de instrumentos de ação indireta sobre o setor privado.

(Carvalho, 2014, p. 220). Dessa forma, a autarquia federal instituiu como meta para a região uma participação no PIB nacional de 15,4%, que seria alcançada através de um crescimento do PIB nordestino entre 12% a 13% no período, de uma elevação da relação marginal produto-capital de 0,29 para um valor entre 0,35 e 0,40, além de um aumento do coeficiente de investimento, passando de 0,23 para algo entre 0,31 e 0,35. Segundo o autor supracitado, a vantagem dessa abordagem mais quantitativa era definir com alguma precisão o montante necessário de investimentos para que as metas fossem alcançadas, além de ajudar no acompanhamento dos resultados dos programas.

Em uma rara semelhança com os Planos Diretores, o Programa de Ação do Governo para o Nordeste (1975-1979) foi complementado com diretrizes setoriais e espaciais. Por intermédio da SUDENE, o governo federal considerou como diretrizes estratégicas do programa: intensificação do aproveitamento dos recursos potencialmente peculiares ao Nordeste e das vantagens comparativas propiciadas pelo comércio inter-regional; reorganização da economia agrícola local por meio de reforma agrária e colonização; maior investimento em capital humano visando atenuar desníveis intersetoriais de renda; proteção do meio ambiente; descentralização do processo de desenvolvimento; e complementação dos equipamentos funcionais urbanos em sub-regiões selecionadas. Para tanto, foram direcionados CR\$ 208,9 bilhões para o programa, sendo a maior parte direcionadas para o setor de Indústria, Comércio e Turismo (29,7%), Integração Social (21,6%) e Recursos Humanos (19,2%). Nesse período, a taxa de investimento média foi de 28,8%, chegando a 29,8% em 1979.

Segundo Abreu *et al.* (2014), a industrialização forçada protagonizada pelo II PND ocorreu a um preço alto: o endividamento externo do país explodiu, o que acabou resultando na moratória da dívida em setembro de 1982. Nesse cenário, e com uma abertura política em andamento, que seria consolidada em 1985, o governo federal passou a direcionar seus esforços em dois pontos: o combate à inflação e as adequações fiscais exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), como condições para a concessão de socorro financeiro pedido em 1983. A partir de então, os planos de desenvolvimento, nacionais e regionais, deram lugar aos planos de estabilização. Na década, a taxa de investimento média para o período foi de 20,7%, 8,1 p.p abaixo da média registrada no II PND. Segue abaixo, tabela com os dados econômicos no período:

Tabela 1 – Variação média do PIB e da taxa de investimentos da região Nordeste, 1961 a 1994

Governos e Programas	Média Var. (%) do PIB	Média da Taxa de Investimentos (%)
I PD ^{1/}	-	6,0
II PD ^{2/}	-	20,0
III PD	4,2	22,0
IV PD	8,4	26,3
PDN	6,3	25,1
Ação para o NE	8,4	28,8
Anos 1980	4,3	20,7
Collor (1990-1992)	-1,7	17,9
Itamar (1992-1994)	4,0	15,6

Fonte: SUDENE (1999).

Notas: 1/ Dados da taxa de investimentos do I PD só se referem ao setor público.

2/ Dados da taxa de investimentos do II PD só se referem ao último ano do plano, tanto para o setor público como para o setor privado.

4 FIM DA SUDENE, A NOVA SUDENE E O PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)

Com a abertura econômica brasileira, iniciada no Plano Collor, e o contínuo esvaziamento da SUDENE, “[...] os maiores estados nordestinos, como Bahia, Ceará e Pernambuco, iniciaram uma estratégia de concessão de incentivos, a conhecida “guerra fiscal” nos anos 1990, buscando atrair

novas indústrias para a região através de renúncias fiscais (Carvalho, 2018, p. 28). De acordo com o autor, tal política passou a ser adotada pelos demais estados logo em seguida. Depois de vários escândalos de desvios em projetos da autarquia federal, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da medida provisória nº 2.146-1, decretou o fim da SUDENE, em maio de 2001, após 42 anos de funcionamento. Em seu lugar, foi criada a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE).

Após seis anos, por meio da lei complementar nº 125/2007, a SUDENE foi reimplantada, e no início do Governo Lula, a política de desenvolvimento regional teve como principal norteador a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Tendo na economista Tânia Bacelar sua principal porta-voz, a ideia era discorrer sobre a necessidade, a possibilidade e a pertinência de se formular e implementar uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil.

Nesse sentido, a nova proposta era de “[...] enfrentar a tendência geral de concentração do capital e contribuir para a redução das desigualdades regionais e ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras” (Coelho, 2017, p. 73). Para tal, a nova estratégia buscava valorizar a diversidade regional do País, entendendo-a como um importante ativo para a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, de acordo com Coelho (2017), apesar de seu caráter regional e particular, tal planejamento deveria estar em linha com uma diretriz nacional de desenvolvimento para o país.

Apesar do planejamento inicial e do apoio do governo a pauta em questão, para Coelho (2017), o sucesso das políticas macroeconômicas (valorização real do salário-mínimo e expansão do crédito) e setoriais (Programa de Aceleração do Crescimento I e II – PAC I e II), levaram a administração central a creditar que tais medidas eram suficientes para a questão regional, deixando de lado os aprofundamentos norteadores da PNDR. Através do PAC, verificou-se execução das obras da transposição do Rio São Francisco, além do fomento produtivo da Petrobras em alguns outros empreendimentos na região. Somado a isso, segundo Silva (2020), a partir de programas como o “Minha Casa, Minha Vida” e o “Luz para Todos”, a população nordestina passou a ter mais acesso a domicílios próprios em uma maior proporção, além de garantir energia elétrica a quase todas as residências do Nordeste brasileiro. “Foram notórios também os avanços quanto à expansão do saneamento básico e a redução da taxa de desemprego [...]” (Silva, 2020, p. 127). Segundo dados estimados por Siqueira (2021), a taxa de investimento média na região no âmbito do PAC I (2007-2010) foi de 15,4%, saindo de 14,4%, em 2007, para 16,7%, em 2010. Já durante o PAC II, a taxa de investimento média foi de 16,8%, saindo de 16,3%, em 2011, para 17,2%, em 2014. Entretanto, para Coelho (2017), apesar das melhorias observadas no período, as desigualdades regionais brasileiras permaneceram agudas, em especial as relacionadas ao acesso a serviços públicos e às alternativas de inclusão produtiva.

Segundo Giambiagi (2021), já no início do Governo Dilma (2011-2015), o país dava sinais de fragilidades econômicas agudas, características de um fenômeno recentemente descrito pela literatura como armadilha da renda média⁸. Somado a isso, segundo o autor, intensificaram-se os estímulos ao consumo e à produção – esse último, por meio das desonerações de impostos – visando superar dificuldades provocadas por uma demanda externa ainda sob efeito da crise de 2008. Tais iniciativas falharam e, com tensões econômicas e políticas que levaram ao *impeachment* da então Presidente em 2016, o Brasil entra em um novo momento em que o combate à inflação e o saneamento das contas públicas voltam ao centro das ações do governo central, já sob a administração de Michel Temer (2016-2018). Dessa forma, várias obras que estavam previstas no PAC II foram paralisadas ou tiveram suas execuções canceladas, como a Refinaria *Premium*, no Maranhão. Se-

8 “A expressão refere-se a países que passam com sucesso pela “etapa fácil” do crescimento, quando se aproveitam de uma série de circunstâncias favoráveis para se desenvolverem. Nesse processo, os países transitam de níveis de renda *per capita* baixos – em termos internacionais – para níveis de renda médios, mas se defrontam depois com sérias limitações para conservar o *momentum*” (Giambiagi, 2021, p.239).

gundo dados estimados por Siqueira (2021), a taxa média de investimento do Nordeste brasileiro, no período de 2015 e 2018 foi de 13,5%, chegando a 12,2% no ano de 2018.

Tabela 2 – Variação média do PIB e da taxa de investimentos da região Nordeste, 1995 a 2018

Governos e Programas	Média Var. (%) do PIB	Média da Taxa de Investimentos (%)
FHC I (1995-1998)	2,8	19,7
FHC II (1999-2002)	-0,1	18,1
Lula (2003-2010)	4,3	15,2
Lula I (2003-2006)	4,2	15,0
PAC I (2007-2010)	4,4	15,4
Dilma (2011-2015)	1,9	16,4
PAC II (2011-2014)	3,2	16,8
Temer (2016-2018)	-0,4	13,0

Fonte: IBGE e Siqueira (2021).

Nota: O ano de 2016 foi considerado Governo Temer visto que esse já era Presidente, ainda que provisório, desde o dia 12 de maio de 2016, sendo oficializado no cargo em 31 de agosto daquele ano.

5 A TRAJETÓRIA DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO NO NORDESTE A LUZ DA TEORIA ECONÔMICA E SEUS RESULTADOS

Ao analisarmos a linha do tempo em que se desenvolveu a construção da FBCF no Nordeste, é interessante notar como as ações, sejam elas governamentais ou dos entes privados, seguiram duas visões distintas: uma que buscava fortalecer as vantagens comparativas naturais da região e outra que se concentrava na tentativa de criar capacidades, com o foco na industrialização. Nesse contexto, as atividades desenvolvidas no local tiveram como base teorias econômicas que buscavam discorrer sobre as vantagens oriundas da especialização produtiva, da criação de distritos industriais e da utilização de incentivos fiscais para atrair investimentos, nos quais se destacam autores como David Ricardo, Alfred Marshall e Raul Prebisch.

A teoria das vantagens comparativas foi elaborada pelo economista inglês David Ricardo em sua obra “Princípios de Economia Política e Tributação” (1817), e busca explicar a importância do comércio entre dois países, ainda que um deles seja mais produtivo na fabricação de todos os bens. Nesse sentido, para o autor, o que realmente importa é a razão de produtividade de um determinado país após ele se especializar na produção de um bem, e não o custo absoluto da produção dele. Essa visão é corroborada por Krugman, Melitz e Obsfeld (2015), para os quais o comércio entre os dois países pode beneficiar ambos, se cada um exportar mercadorias nas quais possuem uma vantagem comparativa. Como resultado dessa especialização, “[...]o comércio internacional crescerá à medida que as nações exportassem seus excedentes e importassem os bens que não mais fabricam, a eficiência e a produtividade subiriam em linha com as economias de escala e a prosperidade seria aprimorada” (Goldsmith, 1993, p. 26, tradução nossa).

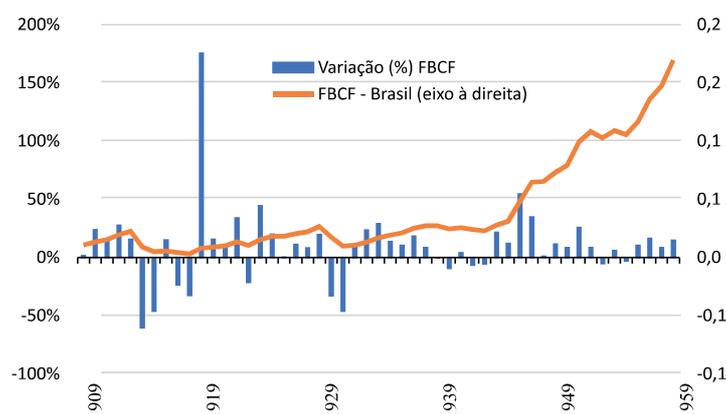
Nesse sentido, a especialização na produção de açúcar desenvolvida no Nordeste brasileiro, que foi formada com o intuito de suprir uma demanda externa pela *commodity*, foi durante muito tempo o diferencial competitivo da região. O *boom* do complexo canavieiro já no século XVI possibilitou e criou a necessidade do surgimento de outras atividades, como a pecuária, além da implantação de um aparato logístico que possibilitasse o escoamento da produção, inicialmente através de estradas, e já no século XIX, por meio de ferrovias, ligando os polos produtivos aos portos. Essa vantagem comparativa, mesmo com o declínio da atividade canavieira pós-desenvolvimento dessa cultura no Caribe e Sudeste Asiático, também levou ao incipiente processo de industrialização das plantas produtivas do setor no século XIX, assim como de atividades auxiliares, como o

complexo têxtil. Entretanto, vale salientar que todo esse desenvolvimento se deu, em sua grande parte, na faixa litorânea do território nordestino.

No período anterior à criação da SUDENE, em 1959, são raros os dados econômicos disponíveis em âmbito regional, tornando-se difícil uma análise mais profunda da taxa de investimentos da região no período entre 1850 até então. Visando se sobrepor a essa lacuna estatística, foram examinados alguns indicadores nacionais para o período, buscando indicativos de que fatores foram preponderantes para o seu desenvolvimento no país e, conseqüentemente, do Nordeste brasileiro.

Segundo Abreu *et al.* (2014), a política econômica da República Velha tinha extrema vulnerabilidade aos descontínuos fluxos de capitais das economias centrais para os países periféricos. Isso pode ser observado no gráfico abaixo, onde alguns momentos são marcados pela intensificação desses fluxos mundiais, e outros, por uma estagnação de tais movimentos internacionais de capitais. Nesse sentido, até 1929, o autor destaca dois momentos em que a FBCF no Brasil apresentou uma importante expansão: a era de ouro (1900-1913), quando foram realizadas o reaparelhamento do sistema de transportes do país, e o crescimento econômico após o retorno do padrão ouro (1927-1929), no qual um grande aporte de investimentos anglo-americanos mais que compensaram a redução do saldo da conta corrente brasileira no período. Exemplos de investimentos realizados no Nordeste nesse período foram a reformulação do Porto de Recife, iniciada em 1908, e as expansões da malha ferroviária cearense pela *South American Railway*, entre os anos de 1909 e 1915.

Gráfico 1 – FBCF do Brasil, entre 1909 e 1959



Fonte: Elaboração Própria, com dados do IpeaData

"Série "Capital fixo – formação bruta"; Unidade: R\$ de 1980; Frequência: Anual; Período: 1908-1970.

Entretanto, após o *crash* de 1929, a entrada de capital externo no Brasil foi revertida, gerando uma grave crise no balanço de pagamentos do país. Segundo Gremaud *et al.* (2011), a saída desse cenário se deu através do deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, em que o elemento primordial passa a ser o mercado interno, com atenção especial para consumo e investimentos. Nesse sentido, uma maior intervenção do setor público passa a ocorrer, tanto para manutenção de serviços antes prestados pelos agentes privados, como na execução de grandes obras de infraestrutura. Na região Nordeste, esses movimentos foram observados na criação da CHESF (1945), na construção do complexo hidroelétrico de Paulo Afonso (1954) e na estatização de várias linhas férreas nordestinas sob a administração central da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), em 1957.

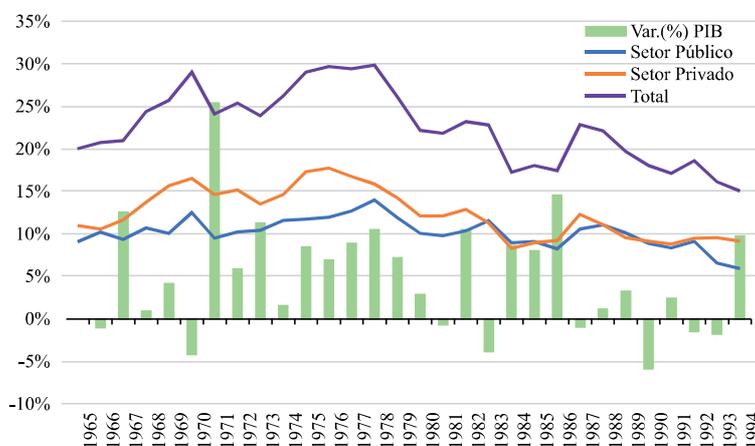
Com o advento da SUDENE, a ideia de industrialização voltada para novos segmentos econômicos na região, além da tentativa de interiorização desse processo, ganhou corpo sob a ótica dos distritos industriais locais e setoriais. Inspirados nas ideias elaboradas no livro "Princípios de Economia" (1890), do economista britânico Alfred Marshall, esses novos aglomerados industriais

teriam como principais benefícios o surgimento de atividades subsidiárias ao eixo Sul-Sudeste, bem como da disposição de um mercado constante de mão de obra especializada. Dessa forma, a presença de um conjunto de empresas produtivas, em determinado local, resultaria em economias externas geradas pela interdependência tecnológica existente entre as atividades que permitem a redução do custo de transporte de insumos, a troca de ideias entre empresários e a melhoria da infraestrutura. Nesse contexto, a SUDENE – através de seus PD's e Planos de Desenvolvimento – atraiu novos investimentos a partir de melhorias na infraestrutura do Nordeste, da capacitação da mão de obra local e incentivos fiscais visando atrair novos empreendimentos para a região.

Segundo Cavalcanti e Feitosa (2019), o I PD focou em melhoria de estradas, eletricidade, transportes, recursos hídricos e mineração além de trazer uma grande quantidade de investimentos para a região, tanto por parte do setor privado quanto pelo setor público, enquanto o II PD reformulou o programa de incentivos fiscais elaborados pela autarquia federal, o chamado Sistema 34/18. Segundo os autores, a partir do regime militar (1964-1985), as prerrogativas de planejamento e decisões foram retiradas da autarquia, o que a transformou em um órgão de apoio financeiro e técnico para projetos nacionais, além de vinculá-la ao Ministério do Interior, o que fez com que os investimentos passassem a ser direcionados à Bahia, Ceará e Pernambuco, os estados mais desenvolvidos do Nordeste.

Já sob o direcionamento da SUDENE, o Nordeste viu uma forte expansão econômica nas décadas de 1960 e 1970. Segundo dados da autarquia federal, o PIB nordestino apresentou crescimento médio de 4,2% a.a entre os anos de 1960 e 1969, registrando seu maior avanço em 1967, quando a economia da região aumentou 12,7%. Por sua vez, entre 1970 e 1979, o produto interno da região alcançou seu maior crescimento médio de toda série histórica desenvolvida pela superintendência: 8,2% a.a, chegando a se expandir em 24,5% em 1971.

Gráfico 2 – Taxa de Investimentos da Região Nordeste e variação do PIB, entre 1965 e 1994



Fonte: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (1999).

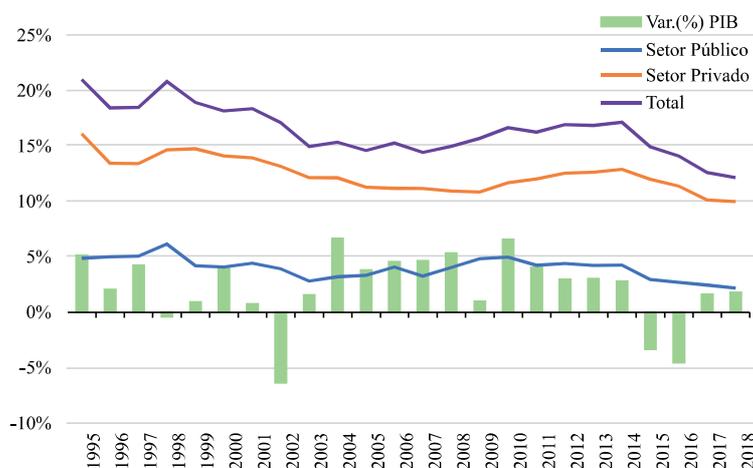
Seguindo o forte ritmo econômico da época, a taxa de investimento na região Nordeste também apresentou trajetória ascendente nas duas décadas em questão. Entre 1965 e 1969, a taxa de investimento média no Nordeste foi de 22,4%, sendo 9,9% do setor público e 12,5% dos entes privados. Por sua vez, assim como no PIB, a taxa de investimentos chegou a sua maior média durante os anos de 1970 e 1979, quando alcançou 27,3%, onde o índice referente ao setor público correspondia a 11,6%, enquanto o setor privado foi responsável pelos outros 15,6%. Importante destacar o resultado dos investimentos em FBCF realizados pelos entes privados em 1976, que representaram 17,7% do PIB do Nordeste, nível máximo alcançado pela região.

As décadas de 1980 e 1990 ficaram marcadas na economia nordestina pelo declínio de sua atividade econômica em relação ao período anteriormente abordado. Essa mudança provocou um

recuo inicial no ritmo de crescimento do PIB nordestino, que aumentou em média 4,3% a.a. entre 1980 e 1989, ao qual foi seguida por uma relativa estagnação entre 1990 e 1994, apresentando um tímido incremento médio de 0,6% a.a. É nesse momento em que a taxa de investimentos da região entra em declínio, passando a figurar abaixo do nível de 20,0% em 1988. No primeiro momento, de 1980 a 1989, a taxa média de investimentos do Nordeste foi de 20,7% (10,0% do setor público e 10,8% do setor privado), chegando a 17,0% no quadriênio 1990-1994, quando, pela primeira vez, o nível de investimentos dos entes públicos e privados ficaram abaixo de 10,0%, marcando 9,2% para ambos.

Utilizada como meio de atrair grandes investimentos para a região desde a década de 1960, tendo seu apogeu nos anos 1990 com o esvaziamento da SUDENE, os incentivos fiscais têm sua implementação contestada na literatura econômica dado seus múltiplos desdobramentos. Para Prebisch (1949), tais estímulos podem ser importantes na atração de novos investimentos para uma determinada localidade, como foi no caso nordestino. Segundo Carvalho e Feitosa (2019), a SUDENE obteve sucesso em articular ações tendo por finalidade a obtenção de recursos para financiar projetos industriais na região, atraindo grandes fluxos de capitais “[...] de empresas do Centro-Sul em direção ao Nordeste, resultando numa modificação considerável na estrutura produtiva, com a implantação de unidades industriais modernas, tecnologicamente mais avançadas e em setores novos na indústria nordestina” (Carvalho e Feitosa, 2019, p. 235). Por sua vez, George (1999) e Soderstern (1979) advogam que tais concessões, apesar de alguma industrialização marginal ou influência nos investimentos, têm como resultado mais significativo a concentração de renda e capital, pouca utilização de mão de obra e desperdício de recursos tributários, o que também acabou sendo observado no Nordeste.

Gráfico 3 – Taxa de Investimentos da Região Nordeste e variação do PIB, entre 1995 e 2018



Fonte: IBGE e Siqueira (2021)

Levando em consideração os dados de Siqueira (2021) para o período pós-Plano Real, o melhor resultado registrado foi exatamente no início da série: 21,0% em 1995, com 16,1% para o setor privado, e 4,9% realizados pelos entes públicos das três esferas administrativas (União, estados e municípios) e das estatais federais. Na série elaborada pelo autor, foi observada a perda de participação do setor público na taxa de investimentos do Nordeste ao longo dos anos, com leve aumento entre os anos de 2008 e 2014. No período que contempla o primeiro ano após a implementação do plano de estabilização, em 1995, até 1999, o PIB nordestino apresentou um crescimento médio de 2,4% a.a. Enquanto isso, os investimentos realizados em FBCF na região corresponderam em média a 19,5% do PIB do Nordeste, em sua maior parte (14,5% do PIB), realizados pelo setor privado.

Entre os anos de 2000 e 2009, a economia nordestina cresceu em média 3,9% a.a., com destaque para a retração observada em 2002, de -6,4%, além das expansões de 6,7%, em 2004, e de

5,8%, em 2008. Já a taxa média de investimento para o período foi de 15,0%, sendo 11,1% realizado pelo setor privado e outros 3,9% pelo setor público. Por fim, apesar de inicialmente apresentar uma alta de 6,6% no PIB em 2010, o período que vai até 2018 é marcado por uma retração média da atividade econômica na região de 0,3% a.a. Por sua vez, de igual modo, a taxa média de investimentos do Nordeste nos anos 2010-2018 chegou a sua mínima histórica, registrando 14,2%. Ao final de 2018, os investimentos em FBCF na região correspondiam apenas a 12,2% do PIB, com apenas 2,2% do PIB sendo realizados pelo setor público.

6 CONCLUSÕES

O objetivo central do presente trabalho consistiu em realizar uma análise histórica e quantitativa dos investimentos no Nordeste entre os anos de 1850 e 2018. Com base em uma revisão da literatura que buscou consolidar as informações de diferentes períodos em um único artigo, foi possível identificar três períodos distintos na história dos investimentos em FBCF do Nordeste: pré-SUDENE (1850-1959), a era SUDENE (1960-1994) e o pós-Plano Real (1995-atual).

Tendo como base a economia açucareira e suas necessidades de infraestrutura, seja de combate à seca ou em termos logísticos, os primeiros indícios do que hoje conhecemos como FBCF foram descritos como algo fundamentalmente separados, porém intimamente ligados. Com a intensificação das mudanças tecnológicas na produção do açúcar, realizadas pelos senhores de engenho a partir de 1850, a necessidade de um escoamento mais eficiente da produção tornou imprescindível um aparato logístico que desse suporte para o setor. Para tal, as primeiras ferrovias foram implementadas no Nordeste, por conta da necessidade de atender as populações do interior da região em tempos de estiagem prolongada. Em ambos os casos, o suporte financeiro dos estados nordestinos foi fundamental, visto que muitas vezes serviram como fiador de empréstimos financeiros com o exterior, para os usineiros, ou garantindo o funcionamento das linhas ferroviárias abandonadas pela iniciativa privada por falta de viabilidade econômica. Um limitador encontrado nessa etapa do estudo foi a ausência de dados econômicos regionais para o período entre 1850 e 1959.

A criação da SUDENE, em 1959, teve por objetivo aprofundar essa interação entre setor público e setor privado para o desenvolvimento da região, tendo como meta a diminuição da desigualdade regional entre o Nordeste e o eixo Sudeste-Sul. Para isso, ao longo das décadas de 1960 e 1970, a autarquia federal elaborou uma série de planos diretores e variantes regionais dos programas nacionais de desenvolvimento, com metas a serem alcançadas em vários eixos estruturais da economia nordestina, como infraestrutura (urbana e rural) e industrialização, destacando-se nesse ponto a implementação dos distritos industriais locais e setoriais da região. Apesar do relativo sucesso em suas metas e da taxa de investimento da região ter alcançado seu maior valor ao longo da série histórica, a situação econômica do país no início dos anos de 1980 mudou o foco do governo federal: o combate à inflação passou a ser a emergência do momento. Com isso, a política de desenvolvimento regional foi posta de lado.

Os primeiros sinais de abertura econômica já eram sentidos desde o governo Collor (1990-1992), mas foi após o Plano Real que ela se consolidou de forma mais ampla e permanente, mesmo que ainda incompleta. A estabilização econômica foi alcançada, entretanto as políticas de desenvolvimento regional não voltaram à tona, fazendo com que estados nordestinos aderissem à chamada “guerra fiscal” para atrair investimentos privados, apesar das consequentes perdas de arrecadação pelos entes federados. Esse período também é marcado pelo intenso processo de privatização das estatais estaduais, sobretudo do setor de energia, financeiro e telecomunicações. Mesmo com um aumento momentâneo da taxa de investimento no Nordeste, provenientes de programas como o PAC I e II, a crise econômica no início do segundo governo Dilma voltou a declinar a FBCF na região, chegando aos menores valores da série histórica no último ano do governo Temer.

Com isso, é possível concluir que a principal vantagem comparativa local, a cana-de-açúcar foi o propulsor dos investimentos em FBCF do Nordeste no final do século XIX e início do século XX,

sendo observado transbordamentos para alguns setores. Entretanto, apesar de serem importantes para a região como um todo, os investimentos oriundos desse transbordamento não se sustentaram financeiramente por muito tempo, sendo repassados para o setor público que, a partir da criação da SUDENE, passou a ter um papel mais ativo na economia da Região, gerando uma grande mudança em sua estrutura econômica. Todavia, a falta de um planejamento de desenvolvimento regional nos últimos anos deixou a chegada de novos investimentos na Região à mercê de uma conjuntura nacional favorável, o que se tornou difícil desde o início da crise econômica brasileira em 2015.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. P. (Org). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2014.

BANCO DO NORDESTE. **Estudos sobre a Formação Bruta de Capital Fixo dos setores público e privado no Nordeste**. Documento Interno do ETENE (Fundeci.27.2006). Fortaleza, 2007.

BARRETO, P. H. Seca, Fenômeno Secular na vida dos Nordestinos. **Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, v.6, n.48, p. 64-66, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6997>>. Acesso em: 29 set. 2022.

CARVALHO, C. P. de O. O Desenvolvimento da Região Nordeste nos Anos Pós-Sudene (2000-2016). **Revista Paraense de Desenvolvimento**. Curitiba, v.39, n.134, p. 21-36, 2018. Disponível em: <<https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparaense/article/view/987>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CARVALHO, J. O. Políticas adotadas após a instituição da Sudene. In: CARVALHO, J. O. **Desenvolvimento regional: um problema político**. 2 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 205-227. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/wgg9f>>. Acesso em: 12 out. 2022.

CAVALCANTE, J. B; FEITOSA, C, O. A Importância da SUDENE para o Desenvolvimento Regional Brasileiro. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, v.6, n.2, p. 226-247, 2019. Disponível em: <<https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/A-importancia-da-SUDENE-para-o-desenvolvimento-regional-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

COELHO, V. L. P. A Política Regional do Governo Lula (2003-2010). In: BRANDÃO, A. B; CASTRO, C. N; NETO, A. M. (Org). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2017, p. 65-98. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7450>>. Acesso em: 16 out. 2002.

CRUZ, M, J, V.; NETO, J. B. P. Crescimento sustentável da economia brasileira: há um dilema entre o equilíbrio interno e externo? **Economia & Tecnologia**. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 33-46, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27415/18250>>. Acesso em: 2 jun. de 2023.

DE SIQUEIRA, T. V. As Primeiras Ferrovias do Nordeste Brasileiro: Processo de Implantação e o Caso da Great West Railway. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v.9, n.17, p.169-220, 2002. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/888>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

FEIJÓ, C. **Contabilidade Social: Referencia atualizada das contas nacionais do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. SUDENE foi criada em 1959 e extinta em 2001. São Paulo, Folha de S. Paulo, 28 jul. 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u51692.shtml>> Acesso em: 15 out. 2022.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAREIS, M. G. S. Senhores de Engenho e Inovação Tecnológica: Caso do Nordeste Brasileiro. **Iberoamericana**, Berlim, v.11, n.3, p.21-29, 2003. Disponível em: <<https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/2288>>. Acesso em: 3 jun. de 2023.

GEORGE, S. A Short History of Neoliberalism. In: CONFERENCE ON ECONOMIC SOVEREIGNTY IN A GLOBALISING WORLD, 1999, Bangkok. **Anais eletrônicos...** Bangkok: TNI, 1999. Disponível em: <<https://goo.gl/Q78R>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

GIAMBIAGI, F. O. Fim de ciclo: O Governo Dilma. In: GIAMBIAGI, F. O.; CASTRO, L.; VILLELA, A.; HERMANN, J. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015)**. 3 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021, p. 239-276.

GOLDSMITH, J. **The Trap**. Nova York: Carroll & Garf Publishers, 1994. Disponível em: <<http://www.sirjamesgoldsmith.com/wp-content/uploads/2015/01/The-Trap-Sir-James-Goldsmith.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GREMAUD, A. P.; TONETO JÚNIOR, R.; VASCONCELLOS, M. A. S. Processo de substituição de importação. In: GREMAUD, A. P.; TONETO JÚNIOR, R.; VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 347-370.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nota metodológica nº 13: Formação Bruta de Capital Fixo**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. (Sistema de Contas Nacionais – Brasil, Referência 2010). Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/13_formacao_bruta_capital_fixo.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2023.

KRUGMAN, P. R; MELITZ, M. J.; OBSTFELD, M. Produtividade da Mão-de-Obra e a Vantagem Comparativa: O Modelo Ricardiano. In: **Economia Internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015, p. 21-39. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5719121/mod_resource/content/1/ECONOMIA_INTERNACIONAL_ECONOMIA_INTERNAC.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

LUCAS, R. E. On the mechanics of economics development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, n. 1, p. 3-42, 1988. Disponível em: <<https://www.parisschoolofeconomics.eu/docs/darcillon-thibault/lucamechanicseconomicgrowth.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

MACIEL, A. Juscelino Kubitschek planejava reformular o Nordeste com a Sudene. **Jornal do Comercio**. Recife, 5 jan. 2014. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2014/01/05/juscelino-kubitschek-planejava-reformular-o-nordeste-com-a-sudene-111906.php>>. Acesso em: 7 jan. 2023.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1308458/mod_resource/content/1/marshall%20%281996%29%20principios%20de%20economia%2C%20vol%201.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

PEYERL, D. Surge o Petróleo (1864-1941). In: PEYERL, D. **O Petróleo no Brasil: exploração, capacidade técnica e ensino de geociência (1864-1968)**. São Bernardo do Campo:

Editora UFABC, 2017, p. 22-84. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/jxw3s/pdf/peyerl-9788568576786-04.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p. 47-111, 1949. Disponível em: <<https://goo.gl/g3aFmz>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

RODRIGUES, G. S. de S. C. ROSS, J. L. S. **A Trajetória da Cana-de-Açúcar no Brasil: Perspectivas Geográficas, Histórica e Ambiental**. Uberlândia: EDUFU, 2020. Disponível em: <http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/edufu_a_trajetoria_da_cana-de-acucar_no_brasil_2020_ficha_corrigida.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

ROMER, P. M. Human Capital and Growth: Theory and Evidence. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy**. Elsevier, v. 32, n. 1, p. 251-286, 1990. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w3173>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

RUTHES, J. SALOMÃO, I. O Sistema Ferroviário Brasileiro ao longo da História: Das Origens à Retomada dos Investimentos. **Ciências Sociais em Perspectivas**. Cascavel, v.15, n.28, p.169-189, 2016. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/issue/view/768>>. Acesso em: 24 set. 2022.

SANCHES, N; ROCHA, F. Investimento estaduais públicos e privados: “bens” substitutos ou complementares? **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p. 211-223, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ecoa/issue/view/120>>. Acesso em: 9 out. 2022.

SILVA, D. C. de A. **Desenvolvimento do Nordeste: uma análise do desenvolvimento e os efeitos econômicos e sociais na região nos governos do PT (2003 – 2016), a partir do Programa Bolsa Família e do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC**. 2020. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40562>> Acesso em: 16 out. 2022.

SIQUEIRA, K. A. **Formação Bruta de Capital Fixo no Nordeste: análise dos efeitos crowding-in e crowding-out de 1995 a 2018**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <<https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/3913>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SOLOW, R. M. Technical Change and the Aggregate Production Function. **The Review of Economics and Statistics**, The MIT Press, v. 39, n. 3, p. 312-320, 1957. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1926047>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SODERSTEN, B. **Economia Internaional**. Rio de Janeiro: Interciência, 1979.

SUDENE - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Agregados Econômicos Regionais: Nordeste do Brasil 1965-98**. 1. ed. Recife: SUDENE, 1999.